



**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO  
PARNAÍBA**

**Vinculada ao Ministério da Integração Nacional – MI**

Avenida Comissão do Vale do São Francisco, s/nº – Juazeiro – BA – 48.900-901

Tel: (74)3614-6232 – Fax (74)3614-6232 – e-mail: sl.6sr@codevasf.gov.br

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 59560.000968/2017-90

\_\_\_\_\_  
6ª/SL

**CONVITE Nº 16/2017**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS,  
EM APOIO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS  
BÁSICOS DE ENGENHARIA, NOS 38  
MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6º  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA  
CODEVASF (6ª/SR), NO ESTADO DA BAHIA.

**JUAZEIRO - BA**

- C O D E V A S F -

\_\_\_\_\_  
6ª/SL

CARTA-CONVITE Nº 016/2017

Prezados Senhores,

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA, por sua Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL, vem convidar V.Sas. a apresentar proposta para **contratação de empresa para execução de serviços topográficos em apoio à elaboração de projetos básicos de engenharia nos 38 municípios da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF - 6ª/SR, no Estado da Bahia**

As propostas serão abertas às **09:00h(oito horas) – HORÁRIO LOCAL, do dia 08 (oito) de dezembro de 2017**, na Sala da Secretaria Regional de Licitações da CODEVASF – 6ª/SL, localizada na Avenida Comissão do Vale do São Francisco, s/nº, Bairro Piranga, município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Serão aceitas propostas encaminhadas via postal. Propostas recebidas após o horário e data acima estabelecidos não serão consideradas.

Solicitamos a gentileza de restituir à CODEVASF, por correspondência, a presente, caso essa empresa não se interesse pelo objeto deste Convite.

O Convite e seus anexos estão disponíveis no sítio da CODEVASF: [www.codevasf.gov.br/licitacoes](http://www.codevasf.gov.br/licitacoes) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

Juazeiro-BA, 30 de Novembro de 2017.

**MISAEEL AGUILAR SILVA NETO**  
Superintendente Regional

## **Í N D I C E**

6ª SL

01. OBJETO
02. LEGISLAÇÃO
03. LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
04. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
05. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS
06. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA
07. ABERTURA DOS INVÓLUCROS
08. EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
09. ADJUDICAÇÃO
10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO
12. REAJUSTAMENTO
13. FORMA DE PAGAMENTO
14. MULTAS
15. FISCALIZAÇÃO
16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
17. CONDIÇÕES GERAIS

## **A N E X O S**

|                   |                                     |
|-------------------|-------------------------------------|
| <b>ANEXO I</b>    | MODELO DE DECLARAÇÃO                |
| <b>ANEXO II</b>   | TERMOS DE REFERÊNCIA                |
| <b>ANEXO III</b>  | ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS             |
| <b>ANEXO IV</b>   | PLANILHA ORÇAMENTÁRIA               |
| <b>ANEXO V</b>    | TERMO DE PROPOSTA                   |
| <b>ANEXO VI</b>   | MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO          |
| <b>ANEXO VII</b>  | QUADROS COMPLEMENTARES              |
| <b>ANEXO VIII</b> | FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE |
| <b>ANEXO IX</b>   | GUIA DE RETIRADA DO CONVITE         |

**- C O D E V A S F -**

6ª SL

**CONVITE Nº 016/2017**

**1. OBJETO**

- 1.1.** Contratação de empresa para execução de serviços topográficos em apoio á elaboração de projetos básicos de engenharia nos 38 municípios da área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF - 6ª/SR, no Estado da Bahia.

**2. LEGISLAÇÃO.**

- 2.1.** A presente licitação, na modalidade de Convite, do tipo "Menor Preço" (art. 45, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei nº 8.666/1993), sob o regime de "Empreitada por Preço Unitário", reger-se-á pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**3. LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 3.1.** Os serviços de topografia serão executados na área de abrangência da 6ª Superintendência, ou seja, nos 38(trinta e oito) municípios sob sua jurisdição que são: Abaré, Campo Alegre de Lourdes, Campo Formoso, Casa Nova, Chorrochó, Curaçá, Glória, Jacobina, Jaguarari, Jeremoabo, Juazeiro, Macururé, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Ourolândia, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Pilão Arcado, Remanso, Rodelas, Santa Brígida, Sento Sé, Sobradinho, Uauá, Umburanas, Várzea Nova, Canudos, Monte Santo, Euclides da Cunha, Coronel João Sá, Sítio do Quinto, Cícero Dantas, Antas, Fátima, Adestina, Paripiranga e Novo Triunfo.

- 3.2.** Os serviços objeto desta Tomada de Preços encontram-se descritos e caracterizados no Termo de Referência (ANEXO II), Especificações Técnicas (ANEXO III) e quantificadas na Planilha Orçamentária (ANEXO IV), que, doravante, independentemente de suas transcrições, farão parte integrante deste Convite, **bem como os constantes no subitem 5.0 do Termo de Referência (ANEXO I).**

**4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 4.1.** Poderão participar desta licitação empresas do ramo, convidadas ou que manifestem seu interesse em participar com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas, e que satisfaçam as condições deste Convite e das normas aplicáveis, observada a necessária qualificação técnica, bem como possuam capital social mínimo de R\$ 13.068,92 (treze mil e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor estimado.
- 4.1.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo apresentar declaração comprobatória conforme ANEXO I, modelo 3 deste Convite, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.

- 4.1.2.** A participação de cooperativas de trabalho instituídas na forma da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, estará condicionada à comprovação de que cumprem todos os requisitos exigidos no citado diploma legal, inclusive com apresentação do seu quadro de cooperados com qualificação adequada ao objeto da presente licitação bem como que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social, conforme determina o § 2º da mesma lei.
- 4.2.** É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto.
- 4.3.** Não será permitida a participação de empresas:
- a) Cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários, empregados ou ocupantes de função gratificada na CODEVASF:
    - a.1) No quadro funcional da CONTRATADA para prestação dos serviços objeto do presente convite não poderão figurar familiares de dirigentes da CODEVASF ou de qualquer agente detentor de cargo em comissão ou função de confiança na Empresa, em todos os níveis, nos termos do Decreto nº 7.203, de 04/06/2010.**
      - a.1.1) Essa vedação atinge o cônjuge ou companheiro(a) e os parentes em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau.**
  - b) empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
  - c) empresa suspensa de licitar ou contratar com a CODEVASF; e
  - d) empresa em processo de falência ou recuperação judicial.
- 4.4.** Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de documento hábil, será o único a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a carteira de identidade.
- 4.4.1.** Por documento hábil, entende-se:
- a) habilitação do representante mediante procuração para participar de licitação, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual declare expressamente, ter poderes para a devida outorga.
  - b) caso seja o titular da empresa, apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.
- 4.4.2.** A não apresentação do documento de credenciamento não inabilita a licitante, mas impede seu representante de se manifestar, impugnar e responder pela mesma.
- 4.4.3.** O credenciado ou procurador não poderá representar mais de uma licitante, ficando expresso e ajustado que a inobservância desta exigência implicará **na inabilitação automática** da licitante.
- 4.5.** Recomenda-se às licitantes visitar os locais dos serviços e suas circunvizinhanças e se inteirar dos serviços a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato
- 4.6.** Como comprovação de visita ao local onde serão executados os serviços a licitante deverá apresentar declaração de visita, em modelo próprio.

## **5. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS**

- 5.1.** A licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela CODEVASF, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem a qualidade igual ou superior à indicada nas especificações.
- 5.2.** Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal na interpretação deste Convite e seus anexos serão dirimidas pela Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL, no endereço indicado no item 6 deste Convite ou através do e-mail: [6a.sl@codevasf.gov.br](mailto:6a.sl@codevasf.gov.br) ouvida a **Gerência Regional de Infraestrutura – 6ª/GRD** e respeitado o prazo disposto no subitem 5.3.
- 5.3.** Os pedidos de esclarecimentos sobre quaisquer elementos somente serão atendidos quando solicitados por escrito **até 3 (três) dias** anteriores à data estabelecida para a abertura das propostas. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
- 5.4.** Analisando as consultas, a CODEVASF deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Convite e seus anexos, comunicando sua decisão, também por escrito, às demais licitantes.
- 5.5.** Fica entendido que a licitante tem pleno conhecimento das condições locais onde serão executados os serviços e teve solucionadas todas as dúvidas antes da data da apresentação das propostas.

## **6. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA.**

- 6.1.** As propostas deverão ser entregues **às 009:00h (nove horas) – HORÁRIO LOCAL do dia 08 (oito) de dezembro de 2017**, no Auditório da Sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF - 6ª/SL, localizada na Avenida Comissão do Vale do São Francisco, s/nº - Bairro Piranga, Juazeiro-BA – CEP: 48.901-900.
- 6.2.** Serão aceitas propostas encaminhadas via postal, desde que sejam recebidas pela CODEVASF no endereço indicado acima até o dia e hora estabelecidos para recebimento e abertura das propostas.
- 6.2.1.** As propostas entregues após o horário estabelecido no subitem 6.1 deste Convite serão consideradas como não recebidas, sendo de inteira responsabilidade da licitante a entrega tempestiva da Documentação e Proposta enviadas via postal.
- 6.2.2.** A proposta e toda a correspondência e documentos trocados entre a licitante e a CODEVASF serão escritos em português.
- 6.2.3.** Os preços deverão ser cotados em reais.
- 6.3.** As licitantes deverão fazer entrega no dia, hora e local mencionados no subitem 6.1 deste Convite, de 2 (dois) invólucros, fechados e numerados, contendo, respectivamente, a "Documentação" e "Proposta Financeira".
- 6.3.1.** Na parte externa dos respectivos invólucros deverão constar as inscrições "Documentação" e "Proposta Financeira", o nome e endereço completo da licitante, o número e a indicação do presente Convite.
- 6.3.2.** Todos os documentos deverão ser apresentados na ordem indicada no presente Convite, numerados seqüencialmente e rubricados pelo representante legal da licitante ou seu procurador, sem rasuras, emendas ou repetições.

**6.3.3.** Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL, ressaltando que a autenticação feita pela Secretaria deverá ocorrer, preferencialmente, até o último dia útil que anteceder a abertura das propostas, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.

**6.3.4.** As Propostas deverão estar impressas por processo eletrônico, em papel timbrado da empresa, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, entrelinhas, rasuras ou borrões que dificultem o entendimento, numeradas e rubricadas em todas as suas folhas e assinadas na última pelo representante legal da empresa.

#### **6.4. Documentação - INVÓLUCRO Nº 1**

Em invólucro fechado, que receberá a denominação de "Invólucro nº 1" (um) será apresentada a "Documentação", em 2 (duas) vias distintas de igual teor, em volumes separados, **devidamente grampeados ou encadernados**, devendo ser evidenciado na respectiva capa de cada volume, as inscrições: "ORIGINAL" e "2ª VIA" e deverá conter os documentos abaixo relacionados, cuja apresentação é obrigatória, sendo **inabilitada** a licitante que não apresentar a totalidade dos mesmos.

**6.4.1.** No início de cada volume deverá ser apresentado um índice relacionando todos os documentos nele contidos.

**6.4.1.1.** Toda a documentação do volume "ORIGINAL" deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada, não sendo necessária a autenticação do volume "2ª VIA".

#### **6.4.2. Jurídico-Fiscal:**

a) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei. A prova de quitação com a Fazenda Federal deverá ser obtida mediante expedição da Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com validade em vigor;

b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social - (CND), com validade em vigor, conforme art. 47, Inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.212, de 24/07/1991;

c) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor, conforme art. 27, alínea "a", da Lei nº 8.036, de 11/05/1990;

d) certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

e) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, com prazo de validade em vigor;**

**e.1) A situação de adimplência perante a Justiça do Trabalho poderá ser confirmada no ato da realização do certame licitatório, sendo considerada, para efeito de validade, a certidão mais recente.**

f) Declaração, sob as penas da lei, no caso de ME ou EPP (anexo I, modelo 3) deste convite, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa

ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir o tratamento diferenciado e favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto n.º 6.204/2007, ou ainda a certidão de que trata o art. 8º da IN 103, do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC.

**6.4.2.1.** Em se tratando de microempresas ou empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

**6.4.2.3.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CODEVASF, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**6.4.2.4.** A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 6.4.2.3. acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à CODEVASF convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**6.4.2.5.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

#### **6.4.3. Qualificação Técnica:**

- a) Ficha de Identificação da Licitante (ANEXO VIII) devidamente preenchida com todos os dados nela solicitado, **não sendo considerada documento de habilitação**, porém recomendamos o seu preenchimentos;
- b) Declaração de visita do local onde serão executados os serviços emitida pela própria licitante, nos termos do subitem 4.6 deste Convite, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal, em modelo próprio ou o constante no anexo I, utilizando o modelo 2.
- c) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a licitante tenha executado serviços de topografia ou similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, executadas com técnicas semelhantes ou superiores às requeridas para execução serviços.
  - c.1) Definem-se como serviços similares às de serviços topográficos de estradas, adutoras, linhas de transmissão, ferrovias, barragens, movimentação de terra, etc.
  - c.2) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões), em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável (is) técnico (s) e seu(s) título(s)



profissional (is); descrição técnica sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e data final de execução (conclusão dos serviços).

d) Registro ou inscrição da empresa e dos responsáveis técnicos no **Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA)** competente da região a que estiver vinculada a licitante;

c) Comprovar possuir em seu quadro técnico na data da entrega da Proposta, Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da Documentação, profissional ou profissionais legalmente habilitados, devidamente inscritos no CREA, detentor(es) de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART, pela execução de obras/serviços similares ao objeto desta licitação:

e1) Entende-se, para fins deste Convite, como pertencente ao quadro técnico:

- 1) O empregado;
- 2) O sócio.
- 3) O Profissional contratado para Prestação de Serviços objeto deste Convite (Acórdão nº 597/2007 – TCU).

e.1.1) Poderá a licitante, apresentar declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.(Acórdão nº 498/2013 – TCU).

e2) A licitante deverá comprovar, através da juntada de cópias da “ficha ou livro de registro de empregado”, com cópia da carteira de trabalho ou contrato social, que o detentor do acervo técnico de que trata a alínea “b” acima pertence ao seu quadro de pessoal permanente na condição de empregado ou de sócio, e que está indicado para a coordenação dos serviços objeto desta licitação.

e3) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA, devidamente atualizada.

e4) Quando se tratar de profissional contratado sob regime de Prestação de Serviços, a comprovação se dará através de cópia autêntica do Contrato de Prestação de Serviços, regido pela Legislação Civil comum.

**6.4.4. A licitante cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF deverá se limitar à apresentação da documentação exigida pela alínea “d” do subitem 6.4.2. A confirmação da situação regular da licitante será efetuada mediante consulta “on line” ao Sistema SICAF.**

**6.4.4.1.** Na hipótese de haver documentos do SICAF com prazo de validade vencido, os mesmos deverão ser apresentados com prazo de validade em vigor, e constarão da documentação contida no invólucro nº 1.

**6.4.5.** As demais licitantes deverão apresentar a totalidade da documentação exigida pelo subitem 6.4.2.

- 6.4.6.** A licitante deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal: *“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”*.
- 6.4.7.** Toda a documentação apresentada pela licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer à empresa que efetivamente prestará os serviços, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRF junto ao FGTS, desde que comprove que os recolhimentos de INSS e FGTS são centralizados.
- 6.4.8.** A validade das certidões referidas no subitem 6.4.2, corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar, **durante a sessão de abertura das propostas**, que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado mediante juntada de norma legal pertinente.
- 6.4.9.** Caso a(s) certidão(ões) expedida(s) pela (s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(s), deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de recebimento das propostas.
- 6.5. Proposta Financeira - INVOLUCRO Nº 2**
- 6.5.1.** Em invólucro fechado, que receberá a denominação de "Invólucro nº 2" (dois), será apresentada a "Proposta Financeira", em 2 (duas) vias distintas, de igual teor, em volumes separados, **devidamente grampeados ou encadernados**, devendo ser evidenciado na respectiva capa de cada volume, as inscrições: "ORIGINAL" e "2ª VIA".
- 6.5.1.1.** A Proposta Financeira deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste Convite e seus Anexos constitutivos. Convite, **sob pena de desclassificação**.
- 6.5.1.2.** O Termo de Proposta constante do Anexo V, que é parte integrante deste Convite, contendo o valor global, incluindo BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos para a execução dos serviços, deverá constituir o primeiro documento da Proposta Financeira.
- 6.5.1.3.** As propostas financeiras deverão conter, no mínimo o seguinte, sob pena de **desclassificação**:
- a) nome e endereço completo da licitante, número de telefone e fax, C.N.P.J e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da licitante ser a vencedora, desde que comprovado vínculo empregatício ou contrato particular para o exercício de administração ou gerência;
  - b) planilha de preços, constante nos anexos deste Convite, devendo estar destacado:
    - Valor global dos serviços em algarismo e por extenso, destacando o percentual e valor referente aos custos de mão-de-obra sobre os quais incidirá a retenção dos

encargos previdenciários (Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de <sup>6ª</sup> julho de 2005, art. 150).

c) A licitante deverá apresentar o detalhamento dos Encargos Sociais (Quadro PO-XIV) sob pena de desclassificação da proposta.

d) A Planilha de Preços deverá ser apresentada em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre em CD-ROM), objetivando facilitar a conferência da mesma, com formatação para aproximação de 02 (duas) casas decimais. Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço.

e) Preenchimento dos quadros indicados a seguir constantes do Anexo VII – Modelo de Quadros, integrantes deste Convite, a saber:

1 – PO-XIV – Detalhamento dos Encargos Sociais. Detalhamento

2 A licitante de melhor proposta classificada deverá preencher formulários de composição de preços unitários para todos os itens das obras descritos na Planilha de Orçamento de Obras, inclusive detalhamento dos Encargos Sociais.

**6.5.2.** Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas necessárias, impostos e taxas, leis sociais, transporte, alimentação/diárias, serviços de telecomunicação, mão-de-obra e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços objeto desta licitação. No caso de omissão considerar-se-ão como inclusas nos preços

**6.5.3.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeita à revalidação por idêntico período.

**6.5.4.** Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas (art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

**6.5.4.1.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**6.5.4.2.** Para efeito do disposto no subitem 6.5.4. deste Convite (art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1º do art. 44 da Lei Complementar nº 123, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 1º do art. 44 da Lei Complementar nº 123, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.5.4.2.1** Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 6.5.4 acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**6.5.4.2.2** A condição prevista no subitem 6.5.4.2.1 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## **7. ABERTURA DOS INVÓLUCROS.**

**7.1.** Os invólucros de que trata o subitem 6.1 deste Convite serão recebidos em sessão pública, no local, dia e hora indicados no item 6 deste Convite.

**7.2.** Os trabalhos de recebimento dos invólucros contendo a "Documentação" e a "Proposta Financeira", a realização da sessão pública e o seu desenvolvimento, serão dirigidos pelo titular da Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL ou seu substituto eventual, juntamente com a Comissão Técnica de Julgamento.

**7.3.** A Secretaria Regional de Licitações, por seu titular ou substituto eventual, juntamente com a Comissão Técnica de Julgamento, procederá à abertura dos invólucros nº 1 (um) – “Documentação”, que será em seguida examinada pela Comissão Técnica de Julgamento com a proclamação das licitantes habilitadas e inhabilitadas, se houver. Em seguida serão abertos os invólucros nº 2 – “Proposta Financeira” das licitantes habilitadas.

**7.3.1.** Caso não seja possível a proclamação das empresas habilitadas e inhabilitadas, os invólucros nº 2 - “Proposta Financeira” - deverão ser rubricados em seus fechos pelos presentes e permanecerão em poder e sob guarda da Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL até a data que for designada para sua abertura.

**7.4.** Caso haja licitantes inhabilitadas, ser-lhes-ão devolvidos os invólucros nº 2, contendo a “Proposta Financeira”, intactos, tal como recebidos.

**7.4.1.** Inexistindo recurso(s) contra a decisão referente à fase de habilitação, ou sendo este(s) denegado(s), a Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL providenciará a devolução mediante recibo, dos invólucros nº 2, às respectivas licitantes inhabilitadas.

**7.4.2.** No caso das licitantes inhabilitadas se recusarem a receber os invólucros das Propostas, ou se os representantes estiverem ausentes, estes ficarão à disposição para retirada, mediante recibo, na Secretaria Regional de Licitações – 6ª/SL, durante o período de 60 (sessenta) dias, findo o qual a CODEVASF fica autorizada a incinerá-los.

**7.5.** Tendo sido proclamadas as empresas habilitadas e inhabilitadas no julgamento da “Documentação” sem que haja manifestação contrária das licitantes, após a abertura dos invólucros nº 2 não mais poderá haver impugnação da documentação julgada.

**7.6.** Da sessão pública a que se refere o subitem 7.1., bem como daquela que for eventualmente convocada para abertura das Propostas Financeiras das licitantes habilitadas, serão lavradas atas em que se consignarão eventuais reclamações, ressalvas ou impugnações das licitantes. Essas atas serão assinadas pelos representantes presentes às sessões.

## **8. EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1.** A Comissão Técnica de Julgamento, composta de, no mínimo 3 (três) membros, procederá ao exame e ao julgamento da "Documentação" e da "Proposta Financeira" e elaborará relatório de suas conclusões, onde exporá as razões que as determinaram, detalhes ou incidentes ocorridos e o encaminhará à autoridade competente para aprovação.

**8.2.** É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do

- processo, vedada a inclusão de documentos que deveriam constar originariamente da proposta.
- 8.3.** O julgamento da "Documentação" será realizado segundo as informações constantes do subitem 6.4.2 deste Convite.
- 8.3.1.** Serão habilitadas no julgamento da "Documentação" as empresas que apresentarem todos os documentos exigidos no subitem 6.4.2 deste Convite, observadas as condições estabelecidas no respectivo item.
- 8.3.2.** Ocorrendo a hipótese prevista no item 8.3.1, as licitantes serão convocadas previamente para a abertura da Proposta Financeira das habilitadas, evento que poderá ocorrer na mesma reunião ou em data posterior, a critério da Comissão.
- 8.4. Julgamento das Propostas Financeiras**
- 8.4.1.** A Comissão Técnica de Julgamento examinará as propostas das licitantes habilitadas e determinará se as mesmas estão completas, se houve erros de cálculos, se todos os documentos foram devidamente assinados e se todas as propostas estão, de maneira geral, de acordo com as exigências dos documentos de licitação.
- 8.4.2.** Erros aritméticos serão retificados, desde que não importem em acréscimo do preço fixado no Termo de Proposta, em obediência ao subitem 6.5.1.1, que exige a apresentação de propostas firmes e valiosas.
- 8.4.2.1.** Se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total, o qual é obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido.
- 8.4.2.2.** Se houver discrepância entre os valores numéricos e seus correspondentes por extenso, prevalecerão os valores escritos por extenso.
- 8.4.2.2.1.** Ocorrendo esta hipótese a licitante deverá honrar o preço fixado no Termo de Proposta, sob pena de **desclassificação**.
- 8.5.** Será declarada vencedora a licitante habilitada que apresentar o menor valor global para a execução dos serviços objeto deste Convite.
- 8.6.** Qualquer tentativa de uma licitante em influenciar a Comissão de Julgamento ou a CODEVASF quanto ao processo em exame, avaliação, comprovação das propostas e na tomada da decisão para a adjudicação do objeto desta licitação, resultará na rejeição de sua proposta.
- 8.7.** No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate será mediante sorteio em ato público para o qual todas as licitantes serão convidadas, observado o regime de preferência constante do subitem 6.5.4.
- 8.8.** A Comissão Técnica de Julgamento encaminhará para aprovação do Comitê de Gestão Executiva o relatório do julgamento das Propostas, indicando a licitante a ser convidada a assinar o Contrato.
- 8.9.** A Comissão Técnica de Julgamento julgará somente as Propostas Financeiras apresentadas pelas licitantes habilitadas, sendo **desclassificada** aquela que:
- a) Apresentar na planilha preços unitários simbólicos, irrisórios ou iguais a zero; incompatíveis com os custos dos insumos e salários, acrescidos dos respectivos encargos, incoerentes com os de mercado ou coeficientes de produtividade incompatíveis com a execução do objeto da licitação a ser realizado/entregue pela licitante vencedora, exceto quando se referirem a materiais e instalações de

propriedade da própria licitante, e para os quais ela renuncie expressamente na proposta a parcela ou totalidade da remuneração;

- b) Apresentar quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Convite;
- c) Apresentar preços inexeqüíveis:
  - c1) Consideram-se manifestamente inexeqüíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
    - I) - Média Aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CODEVASF, ou
    - II) - Valor orçado pela CODEVASF.
  - c2) Da licitante vencedora classificada na forma da alínea “c1” do subitem 8.9 acima, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os Incisos “I” e “II” da alínea “c1” do subitem 8.9, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º, do art. 56, da Lei 8.666/1993, igual à diferença entre o valor resultante da alínea “I” acima e o valor da correspondente proposta;
- e) Apresentar proposta financeira com valor superior ao orçamento da CODEVASF.

**8.9.1.** Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar às licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que motivaram a inabilitação da licitante ou desclassificação de sua proposta.

**8.10.** A divulgação do resultado final será efetuada mediante fixação no quadro de avisos existente no sede da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, bem como será comunicado diretamente às licitantes, através de fax, e-mail e disponibilizado no sítio da CODEVASF: [www.codevasf.gov.br/licitacoes](http://www.codevasf.gov.br/licitacoes).

**8.11.** Todas as propostas das licitantes classificadas constituirão peças do processo de que trata este Convite.

## **9. ADJUDICAÇÃO**

**9.1.** A adjudicação dos trabalhos será efetuada mediante Contrato que a licitante vencedora firmará com a CODEVASF, observadas as condições constantes do Convite e seus anexos.

**9.2.** A licitante vencedora deverá assinar o contrato na Assessoria Jurídica da CODEVASF, no prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data da convocação, não sendo permitida a representação por procurador, salvo se comprovado seu vínculo empregatício como administrador ou gerente da licitante vencedora.

**9.2.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte adjudicada, durante o transcurso do prazo especificado no subitem 9.2, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CODEVASF.

**9.3.** Na hipótese do não comparecimento da licitante vencedora para a assinatura do Contrato no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, a CODEVASF convocará as que seguirem por ordem de classificação, para fazê-lo em igual preço e prazo e nas mesmas condições propostas pela 1ª classificada.

- 9.4. Além das medidas legais cabíveis, a licitante vencedora desistente da assinatura<sup>6ª SL</sup> do contrato será declarada suspensa de participar de licitações na CODEVASF por 02 (dois) anos, o que será publicado no Diário Oficial da União.
- 9.5. O instrumento contratual e/ou termos aditivos referentes ao objeto licitado somente poderão ser assinados pelo representante legal da contratada, ou seu procurador devidamente habilitado, nas Assessorias Jurídicas das Superintendências Regionais ou da sede da CODEVASF.
- 9.6. A CODEVASF providenciará a publicação do contrato, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias após aquela data, nos termos do § único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## **10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 10.1. Caberá recurso administrativo das decisões emanadas da Comissão Técnica de Julgamento, em quaisquer das fases da presente licitação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data da divulgação da decisão.
- 10.2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão Técnica de Julgamento, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 10.3. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis.
- 10.4. Somente serão considerados os recursos devidamente fundamentados, que estiverem dentro do prazo estabelecido no subitem 10.1.
- 10.5. Recursos encaminhados via fax só terão eficácia se o original for entregue na CODEVASF, necessariamente, até a data do término do prazo recursal.

## **11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 11.1. O prazo para a execução dos serviços objeto desta licitação será de 240 (duzentos e quarenta dias) dias corridos contados a partir da data da Emissão da Ordem de Serviço - OS, podendo ser prorrogados na forma do art. 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993, mediante Termo Aditivo.
- 11.2. Eventuais prorrogações dos prazos somente serão autorizadas mediante apresentação, pela CONTRATADA, de documentação comprobatória de regularidade fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista.
- 11.3. **Também DEVERÃO ser observadas as condições descritas no item 7 dos Termos de Referência.**

## **12. REAJUSTAMENTO**

- 12.1. Os mesmos permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

$$R = V \times \left[ N1 \cdot \frac{Ti - To}{To} + N2 \cdot \frac{Ei - Eo}{Eo} + N3 \cdot \frac{CAi - CAo}{CAo} + N4 \cdot \frac{MPi - MPo}{MPo} + N5 \cdot \frac{Fi - Fo}{Fo} + N6 \cdot \frac{MOi - MOo}{MOo} + N7 \cdot \frac{MEi - MEo}{MEo} \right]$$

Onde:

R - valor do reajustamento

V - valor a ser reajustado

N1 - percentual de ponderação de serviços de Terraplenagem frente à totalidade dos serviços a executar.

N2 - percentual de ponderação de serviços de Edificações frente à totalidade dos serviços a executar.

N3 - percentual de ponderação de serviços de Concreto Armado frente à totalidade dos serviços a executar.

N4 - percentual de ponderação de serviços de Materiais Plásticos frente à totalidade dos serviços a executar.

N5 - percentual de ponderação de serviços de Ferro, aço e derivados frente à totalidade dos serviços a executar.

N6 - percentual de ponderação de serviços de Mão-de-obra especializada frente à totalidade dos serviços a executar.

N7 - percentual de ponderação de serviços de Máquinas e equipamentos industriais frente à totalidade dos serviços a executar

Ti - Refere-se à coluna 38 da FGV - Terraplenagem, cód. AO157956, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

To - Refere-se à coluna 38 da FGV - Terraplenagem, cód. AO157956, correspondente a data de apresentação da proposta.

Ei - Refere-se à coluna 35 da FGV - Edificações Totais, cód. AO159428, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

Eo - Refere-se à coluna 35 da FGV - Edificações Totais, cód. AO 159428, correspondente a data de apresentação da proposta.

CAi - Refere-se à coluna 40 da FGV - Concreto Armado, cód. AO159665, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

CAo - Refere-se à coluna 40 da FGV - Concreto Armado, cód. AO159665, correspondente à data de apresentação da proposta.

MPi - Refere-se ao IPA-Origem-OG-DI- Produtos Industrias – Artigos de Borracha e de Material Plástico, cód. A1006821, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

MPo - Refere-se ao IPA-Origem-OG-DI- Produtos Industriais – Artigos de Borracha e de Material Plástico, cód. A1006821, correspondente à data de apresentação da proposta.

Fi - Refere-se ao IPA-Origem-OG-DI-Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Metalurgica Básica, cód. A1006823, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

Fo - Refere-se ao IPA-Origem-OG-DI-Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Metalurgica Básica, cód. A1006823, correspondente à data de apresentação da proposta.



MOi - Refere-se à coluna 13 da FGV Mão-de-obra Especializada, cód. AO159886, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

MOo - Refere-se à coluna 13 da FGV Mão-de-obra Especializada, cód. AO159886, correspondente à data de apresentação da proposta.

MEi - Refere-se ao IPA-Origem-OG-DI-Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Máquinas e Equipamentos, cód. A1006825, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

MEo - Refere-se ao IPA-Origem-OG-DI-Produtos Industriais - Indústria de Transformação - Máquinas e Equipamentos, cód. A1006825, correspondente à data de apresentação da proposta.

Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mês2} = \frac{I_{DB2}^{Mês2} \times I_{DB1}^{Mês1}}{100}$$

Sendo:

$I_{DB1}^{Mês2}$  = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

$I_{DB2}^{Mês2}$  = Índice do mês de reajuste com a nova data base.

$I_{DB1}^{Mês1}$  = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

Os valores considerados referentes aos fatores N1, N2, N3, N4, N5, N6 e N7 serão os a seguir, apresentados:

| FATORES | Fator N1    | Fator N2    | Fator N3    | Fator N4    | Fator N5    | Fator N6    | Fator N7      |
|---------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------|
| (%)     | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>0,00</u> | <u>100,00</u> |

### 13. FORMA DE PAGAMENTO

- 13.1. Os pagamentos dos serviços e fornecimentos serão efetuados em reais, mensalmente, de acordo com as medições, com base nos preços unitários propostos, e contra apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização da CODEVASF formalmente designada, acompanhada do relatório dos trabalhos desenvolvidos e do respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes, **além das condições estabelecidas no item 8 dos Termos de Referências, anexo II deste convite:**

13.2. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.

13.4.1. O pagamento será em parcela única e será liberado mediante, pela contratada do recolhimento:

a) Previdência Social, através da GPS – Guia de Previdência Social (art. 31, da Lei nº 8.212, de 24/07/1991), juntamente com o relatório SEFIP/GEFIP contendo a relação dos funcionários identificados no Cadastro Específico do INSS – CEI, do serviço objeto da presente licitação.

a1) No primeiro faturamento deverá ser apresentada a inscrição no CEI, conforme art. 19, Inciso II c/c art. 47, Inciso X da IN nº 971/2009 RFB.

b) FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante GRF – Guia de Recolhimento do FGTS com autenticação eletrônica, via bancária.

c) ISS recolhido no município da prestação dos serviços. Caso o município onde serão executadas os serviços, não disponha de convênio com a Secretaria do Tesouro Nacional, para retenção do ISS, a Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal o formulário DAM – Documento de Arrecadação Municipal, correspondente ao valor do ISS da Nota Fiscal anteriormente apresentada, com a identificação do número da respectiva Nota Fiscal e alíquota incidente, com a devida autenticação Bancária, conforme Lei Complementar nº 116/2003.

13.4.1.1. As comprovações relativas ao INSS, FGTS e ISS a serem apresentadas deverão corresponder à competência anteriormente ao do mês da emissão da NFS apresentada. Quando o serviço for realizado em município conveniado com a Secretaria do Tesouro Nacional, ocorrerá por parte da CODEVASF, a retenção do ISS, por intermédio do SIAFI.

13.4.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:

a) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do INSS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei 8.212/1991, bem como a IN nº 971/2009 – RFB;

b) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do ISS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei Complementar nº 116/2003;

c) O valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

13.4.2.1. A fatura deverá vir acompanhada da documentação relativa à aprovação, por parte da Fiscalização, do serviço faturado, indicando a data da aprovação do evento, que será considerada como data final de adimplemento da obrigação, conforme estabelece o art. 9º do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.

13.4.2.2. A CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, a <sup>6ª</sup> data útil seguinte à de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo citado no subitem 13.2, para pagamento, conforme estabelecido no art. 9º, do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.

13.4.2.3. Somente serão pagos os serviços efetivamente executados e os materiais utilizados.

13.5. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas à licitante vencedora para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.

13.4.1. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução dos serviços e fornecimentos.

13.4.2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13.4.3. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega, à CODEVASF, dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.

13.4.4. Não constituem motivos de pagamento, pela CODEVASF, serviços em excesso, desnecessários à execução dos serviços e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste Convite.

13.4.5. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

13.4.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

13.4.7. Ficam excluídos da hipótese referida na subcláusula anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

13.4.8. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 13.2, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$ , onde:

$AM$  = Atualização Monetária;

$P$  = Valor da Parcela a ser paga; e

*I* = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

6ª SL

$$I = (1 + im_1/100)^{dx_1/30} \times (1 + im_2/100)^{dx_2/30} \times \dots \times (1 + im_n/100)^{dx_n/30} - 1, \text{ onde:}$$

*i* = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

*d* = Número de dias em atraso no mês “m”;

*m* = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

- 13.4.8.1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 13.4.8.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 13.5. A contratada, além de cumprirem os subitens citados acima, deverá atender o disposto nas Especificações Técnicas, parte integrante deste Convite.

#### **14. MULTAS**

- 14.1. Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, caberá a aplicação de penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei;
- 14.1.1. Nos casos de inexecução parcial dos serviços ou atraso na execução dos mesmos, será cobrada multa de 2% (dois por cento) do valor da parte não executada do contrato ou fase em atraso, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- 14.1.2. O atraso na execução dos serviços, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico, constitui inadimplência passível de aplicação de multa, conforme o subitem 14.1.1 acima.
- 14.2. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:
- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da convocação, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, mediante requerimento de resgate da caução de garantia, sem prejuízo de outras apenações previstas em lei;
  - b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela empresa vencedora, esta será convocada a recolher à CODEVASF o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 14.2.1. A licitante vencedora terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a

fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da CODEVASF, que procederá ao seu exame.

- 14.2.1.1. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pelo Comitê de Gestão Executiva da CODEVASF – 6ª/SR, que poderá relevar ou não a multa.
- 14.2.2. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 14.2.3. Caso o Comitê de Gestão Executiva da 6ª/SR mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **15. FISCALIZAÇÃO**

- 15.1. A CODEVASF designará um fiscal para acompanhar o andamento dos serviços, de acordo com o art. 67 da Lei 8.666/1993 e art. 6º do Decreto 2.271/1997.
- 15.2. É vedado à fiscalização exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.
  - 15.2.1. A vedação acima não exime a fiscalização do dever de conferir mensalmente o quadro funcional da CONTRATADA e dela exigir a apresentação das folhas de frequência e comprovantes de pagamento de salários e recolhimentos de INSS, FGTS e tributos incidentes sobre a folha salarial.
- 15.3. Compete ao fiscal:
  - I - Verificar e aceitar Notas Fiscais extraídas pela CONTRATADA ou recusá-las quando inexatas;
  - II - Fazer inspeções periódicas para verificação dos serviços;
  - III- Sustar a execução dos serviços, total ou parcialmente, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização;
  - IV - Verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada penalidade contratual;
  - V - Propor aplicação de multa pelo não cumprimento de cláusula contratual. A Fiscalização informará à Superintendência Regional quanto ao fato, instruindo o seu relatório com documentos necessários e, em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 15.3.1. A omissão da fiscalização em qualquer circunstância não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela boa execução dos serviços.
- 15.4. **DEVERÃO ser observadas também as condições estabelecidas no item 14 dos Termos de Referência, anexo II deste convite.**

## **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 16.1. A licitante vencedora deverá apresentar à CODEVASF antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos, **Além de cumprir o estabelecido no item 16 dos Termos de Referências, anexo II deste convite:**

- a) Plano de Trabalho a ser aprovado pela Fiscalização da CODEVASF;
  - b) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho, referido na alínea acima;
  - c) Manter no local da obra durante todo o período de execução, em regime permanente, no mínimo um técnico de segurança do trabalho, portador de comprovação de registro profissional expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e, caso necessário, disponibilizar outros técnicos conforme disposto na NR-4;
  - d) Atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo(s) órgão(s) competente(s), relativas a execução da obra.
  - e) Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CODEVASF na 6ª Superintendência Regional, em Juazeiro-Ba;
  - f) Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77.
  - ii) A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a CODEVASF a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo ou função gratificada na CODEVASF.
- 16.2. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local da obra, serviços e fornecimentos.
- 16.3. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução da obra, serviços e fornecimentos.
- 16.4. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., bem como por aqueles que vier causar à CODEVASF e a terceiros, existentes no local ou decorrentes da execução da obra, serviços e fornecimentos objeto desta licitação.
- 16.5. Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local da obra. serviços e fornecimentos.
- 16.6. Colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias (mediante anuência prévia da Fiscalização), para possibilitar a perfeita execução da obra, serviços e fornecimentos no prazo contratual.
- 16.7. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a CODEVASF, bem como todo o material necessário à execução do objeto contratado.

- 16.9. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do local de execução da obra e serviços.
- 16.10. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da Contratada.
- 16.11. A contratada deverá manter um Preposto, aceito pela CODEVASF, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado (art. 68 da Lei 8.666/93).
- 16.12. A licitante vencedora é responsável, desde o início da obra até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas do canteiro referentes à água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.
- 16.14.1. Durante a execução dos serviços e obras, caberá à empresa contratada as seguintes medidas:
- a) manter no local da obra/serviços um Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc, como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela Contratada em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão da obra/serviços;
  - b) Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços;
  - c) Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução da obra/serviços; e
  - d) Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridas para as atividades desenvolvidas em observância à legislação pertinente.
  - e) **Cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho conforme determina o item 18 dos Termos de Referências, anexo II do convite;**
  - f) **Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental conforme determina o item 19 dos Termos de Referências, anexo II do convite;**
- 16.15. A execução dos serviços objeto da presente licitação deverá atender às seguintes normas e práticas complementares:

- a) códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- b) instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA-CONFEA; e
- c) normas técnicas da ABNT e do INMETRO.

- 16.16. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas propostas por empregados da contratada, em decorrência da execução contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações.
- 16.17. Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas no subitem 16.18. e o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CODEVASF a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância com as duas hipóteses previstas neste subitem.
- 16.18. A CONTRATADA será responsável, também, pelas despesas de viagem, alimentação e estadia que a CODEVASF tiver que realizar para sua defesa para sua defesa em eventuais processos trabalhistas ajuizados por empregados da CONTRATADA, na forma acima, assim como pelos honorários advocatícios, estes à razão de 20% (vinte por cento) do valor da condenação.
- 16.19. A CONTRATADA se obriga a, no caso de demissão de qualquer empregado vinculado ao presente contrato, comprovar a quitação do termo de rescisão contratual no prazo de 15 (quinze) dias do desligamento, sob pena de retenção de faturamento até a efetiva comprovação.
- 16.20. Para acompanhamento da exigência acima, a CONTRATADA se obriga a, até a data do efetivo início da execução contratual, apresentar à CODEVASF a relação dos trabalhadores contratados para execução dos serviços, mantendo essa informação atualizada durante toda a vigência do contrato.**

## 17. CONDIÇÕES GERAIS

- 17.1. As licitantes poderão receber notificações sobre alterações deste Convite e seus anexos, passando tais notificações a integrar o presente documento.
- 17.2. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente as referentes aos serviços extras. Os serviços extras não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.
- 17.3. Os relatórios contendo todas as especificidades dos serviços, com ilustrações (fotos ou desenho), deverão ser entregues em 03 (três) vias.
- 17.4. A CODEVASF poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.



- 17.5. A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razões de interesse <sup>6ª SI</sup> público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 17.6. Responsabiliza-se a licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à CODEVASF e/ou a terceiros em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação.
- 17.7. A licitante vencedora será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária e comercial, os quais correrão por sua conta exclusiva.
- 17.8. **O recebimento dos serviços se dará na forma prevista no item 15 dos Termos de Referências, anexo II do Convite.**
- 17.9. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à **Gerência Regional de Infraestrutura – 6ª/GRD**. O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.
- 17.10. Os serviços objeto da presente licitação estão estimados em **130.689,24 (cento e trinta mil seiscientos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos)**; a preços de Julho/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos, consoantes dos preços unitários contidos nos bancos de dados da CODEVASF (Tabela de preços de serviços de engenharia consultiva CODEVASF/SINAPI-BA e atende ao disposto no art. 102 da Lei 12.708 (LDO 2013).
- 17.10.1. Estes valores apresentam, inclusos os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e orçamento dos serviços constam das Planilhas de Orçamento dos Serviços - Codevasf – Anexos, partes integrantes deste Convite;
- 17.10.2. Referência de Preços - No orçamento de referência da CODEVASF foram considerados os preços TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA CODEVASF - JAN/2017, SINAPI na data-base de Agosto/2017, ORSE na data-base de Agosto/2017, atendendo o disposto no Decreto nº 7.983/2013, já incluso encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos. Para serviços e materiais não constantes nos sistemas oficiais de custos, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários elaborados pela Codevasf.
- 17.10.3. O orçamento previamente estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 17.10.4. No orçamento de referência da CODEVASF foram utilizadas as seguintes taxas e Encargos Sociais:
- a) Encargos Sociais: Horista = 112,12 %;
  - b) PIS = 0,65 % ; COFINS = 7,60%;
  - c) ISS = 5,00%.
- 17.10.5. Os custos dos insumos e serviços objeto desta licitação atendem o disposto no Decreto nº 7.983/2013;

17.10.6. O objeto a ser licitado enquadra-se, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE 2.0, na classe/subclasse 7119-7/01 (SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA).

17.10.7. As despesas com a execução dos serviços correrão à conta do seguinte programa de trabalho:

- 15.244.2029.7K66.0029 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado da Bahia. OGU 2017, Categoria econômica 4, fonte 188, sob gestão da área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura – AD
- 15.244.2029.7K66.0001 Apoio a Projetos de Desenvolvimento. Sustentável Local Integrado - Nacional. Crédito Extraparlamentar, OGU 2017, Categoria econômica 4, fonte 100, sob gestão da área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura – AD.
- 20.608.2052.212M.0001 e 20.608.2029.214S.0001 fontes 100, categoria econômica 3 – OGU 2017.

17.11. Este Convite e seus anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transcrição.

17.12. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia, Subseção de Juazeiro, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juazeiro-BA, 30 de Novembro de 2017.

**MISAEL AGUILAR SILVA NETO**  
Superintendente Regional

**ANEXO I**  
**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

**CONVITE Nº 016/2017**

**ANEXO I**

**MODELO - 1**

**(MODELO DE DECLARAÇÃO - PARA SITUAÇÕES PREVISTAS NO SUBITEM 6.3.2, ALÍNEA “e”)**

A Licitante \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penalidades da Lei, que até a presente data NÃO EXISTE FATO QUE INVALIDE O SEU REGISTRO CADASTRAL NO SICAF/CRC, para fins de habilitação na presente licitação (art. 32, § 2º, Lei 8.666/93) e declara, também, sob as penalidades da Lei, que não foi declarada inidônea por qualquer ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em qualquer de suas esferas, Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal, e de que não está impedida de licitar ou contratar com a CODEVASF (art. 87, inciso IV, Lei 8.666/1993), e de que encontrar-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

Local, data

\_\_\_\_\_  
assinatura do representante legal

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

**Observações: A presente Declaração atende às exigências do Convite e seus subitens**

**(MODELO DE DECLARAÇÃO - PARA SITUAÇÕES PREVISTAS NO SUBITEM  
6.4.3. ALÍNEA “b”)**

MMODELO - 2

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

A Licitante \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que visitou o local onde serão executadas os serviços, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato

C i d a d e , d a t a

**(MODELO DE DECLARAÇÃO - PARA SITUAÇÕES PREVISTAS NO SUBITEM  
6.4.2. ALÍNEA “F”)**

MODELO - 3

**MODELO DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME) OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

O Empresário/os sócios .....,  
da empresa .....,  
com sede a ....., na  
cidade de ....., Estado de  
....., vem declarar que:

O movimento da receita bruta anual da empresa não excede aos limites fixados no art. 3º. da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Local e data:

**Assinatura (s) com a indicação do nome completo do (s) empresário/sócios;**

\_\_\_\_\_

**ANEXO II**  
**TERMOS DE REFERÊNCIA**

ARQUIVO GRAVADO EM SEPARADO

**ANEXO III**  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

ARQUIVO GRAVADO EM SEPARADO



**ANEXO IV**  
**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ARQUIVO GRAVADO EM SEPARADO

**ANEXO V**  
**TERMO DA PROPOSTA**

**CONVITE Nº 016/2017**

**CONVITE**

**ANEXO V  
TERMO DA PROPOSTA**

**Data** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

À

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO  
PARNAÍBA – CODEVASF – 6ª Superintendência Regional

Endereço:

Juazeiro/BA

REF.: -----

Prezados Senhores,

Tendo examinado os Documentos de Licitação, nós, abaixo-assinados, proposta para serviços de -  
-----, objeto do Convite n.º \_\_\_\_/2013, em conformidade com  
as especificações, o valor global é de R\$ \_\_\_\_\_ (VALOR POR  
EXTENSO EM REAIS).

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no  
Convite e conforme condições do mesmo, a contar da data da assinatura do contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a  
data fixada para abertura das propostas (\_\_\_\_\_), e representará um  
compromisso que pode ser aceito a qualquer prazo antes da expiração desse prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um  
contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o Sr. \_\_\_\_\_, carteira de  
Identidade n.º \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, ao qual outorgamos os  
mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar  
atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a licitação em causa.

Declaramos, ainda mais, nossa plena concordância com as condições constantes no presente  
Convite e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre  
os serviços.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ

**ANEXO VI**  
**MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇO**

**ANEXO VII**  
**QUADROS COMPLEMENTARES**

ARQUIVO GRAVADO EM SEPARADO

**ANEXO VIII**  
**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE**

|  |                |                                    |      |
|--|----------------|------------------------------------|------|
| <b>CONVITE Nº 016/2017 6ª/SR</b>   |                |                                    |      |
| <b>IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE</b>  |                |                                    |      |
| Razão Social:  |                |                                    |      |
| Endereço:  |                | Número:                            |      |
| Bairro:  | Cidade:        | UF:                                | CEP: |
| CNPJ/MF:   |                | Inscrição Estadual:                |      |
| Telefone:  | Fax:           | E-mail:                            |      |
| <b>REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DE CONTRATO</b>   |                |                                    |      |
| Nome:  |                | Cargo:                             |      |
| Nacionalidade:   | Estado Civil:  | Profissão:                         |      |
| RG:  | Órgão Emissor: | CPF:                               |      |
| Endereço:  |                | Número:                            |      |
| Bairro:  | Cidade:        | UF:                                | CEP: |
| Telefone:  | Fax:           | E-mail:                            |      |
| Local e Data:<br>_____,<br>____/____/____.   |                | Assinatura do Representante Legal: |      |
| ANEXOS:    1. RG e Identidade do Representante Legal;<br>2. Documento outorgando poderes de representação. |                |                                    |      |

**ANEXO IX**

6ª SL

|  |  |  |
|--|--|--|
|   | <b>GUIA DE RETIRADA<br/>DE CONVITE</b> | <b>C O N V I T E</b><br><b>N ° 0 1 6 / 2 0 1 7 .</b><br><b>(CONVITE)</b> |
|  |  | <b>ELABORADO PELA 6ª/S�</b>  |
| <b>Documentos Constitutivos</b>  |  |  |
| <b>OBJETO:</b> Contratação de empresa para execução de serviços topográficos em apoio á elaboração de projetos básicos de engenharia nos 38 municípios da área de atuação da 6º Superintendência Regional da CODEVASF - 6ª/SR, no Estado da Bahia. |  |  |
| <b>Dados para correspondência informados pela licitante</b>  |  |  |
| <b>EMPRESA:</b>  |  |  |
| <b>ENDEREÇO:</b>   |  |  |
| <b>CIDADE:</b>   |  | <b>CEP:</b>  |
| <b>TELEFONE:</b>   |  | <b>FAX:</b>  |
| <b>CNPJ:</b>   | <b>E-mail:</b>                         |  |
| <b>VALOR</b><br>R\$ _____ ( _____ )  |  |  |
| (O Edital retirado nos sites <a href="http://www.codevasf.gov.br">www.codevasf.gov.br</a> e <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a> é gratuito).  |  |  |
| Confirmo as informações constantes desta Guia e declaro ter recebido o Convite.  |  |  |
| <b>Pela licitante:</b>   |  |  |
| <br><br><br><b>Assinatura</b> _____  |  |  |
| <b>D A T A:</b> ____/____/____.  |  |  |